

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	114.181.880
Preferenciais	0
Total	114.181.880
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/02/2015	Dividendo	27/03/2015	Ordinária		0,43295
Assembléia Geral Extraordinária	31/03/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,01670
Assembléia Geral Extraordinária	30/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,01829
Assembléia Geral Extraordinária	30/09/2015	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2015	Ordinária		0,01967
Reunião do Conselho de Administração	25/09/2015	Dividendo	30/09/2015	Ordinária		0,28374

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	670.177	841.559
1.01	Ativo Circulante	124.209	162.156
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.510	41.572
1.01.03	Contas a Receber	22.077	19.622
1.01.03.01	Clientes	21.908	19.530
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	169	92
1.01.04	Estoques	0	1.669
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.352	948
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	70.270	98.345
1.01.08.03	Outros	70.270	98.345
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar	6.500	6.158
1.01.08.03.02	Contas a Receber - partes relacionadas	25.555	33.453
1.01.08.03.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	38.215	58.734
1.02	Ativo Não Circulante	545.968	679.403
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	298.122	400.765
1.02.01.06	Tributos Diferidos	49.777	46.414
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49.777	46.414
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	248.170	354.230
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	248.170	354.230
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	175	121
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	175	121
1.02.03	Imobilizado	901	1.028
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	901	1.028
1.02.04	Intangível	246.945	277.610
1.02.04.01	Intangíveis	246.945	277.610

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	670.177	841.559
2.01	Passivo Circulante	273.798	242.679
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.753	3.492
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.753	3.492
2.01.02	Fornecedores	4.036	4.835
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.036	4.835
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.852	15.265
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.281	13.645
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.223	11.846
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.058	1.799
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.571	1.620
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	170.361	172.103
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	428	286
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	428	286
2.01.04.02	Debêntures	169.933	171.817
2.01.05	Outras Obrigações	15.797	19.211
2.01.05.02	Outros	15.797	19.211
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.909	4.913
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	2.487	2.464
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	8.427	8.075
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	0	185
2.01.05.02.07	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	2.366	3.331
2.01.05.02.08	Outros	608	243
2.01.06	Provisões	64.999	27.773
2.01.06.02	Outras Provisões	64.999	27.773
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	64.999	27.773
2.02	Passivo Não Circulante	229.800	407.931
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	155.790	309.289
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	462	782
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	462	782
2.02.01.02	Debêntures	155.328	308.507
2.02.02	Outras Obrigações	14.528	18.669
2.02.02.02	Outros	14.528	18.669
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	14.528	18.669
2.02.04	Provisões	59.482	79.973
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	909	967
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	25	24
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	884	943
2.02.04.02	Outras Provisões	58.573	79.006
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	55.344	76.594
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.229	2.412
2.03	Patrimônio Líquido	166.579	190.949
2.03.01	Capital Social Realizado	117.655	117.655
2.03.02	Reservas de Capital	330	330
2.03.04	Reservas de Lucros	48.594	72.964
2.03.04.01	Reserva Legal	23.532	23.532

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	25.062	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	49.432

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	91.277	256.585	94.138	278.473
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-43.852	-131.936	-44.389	-143.078
3.03	Resultado Bruto	47.425	124.649	49.749	135.395
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.375	-16.381	-5.944	-14.757
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.420	-16.626	-6.014	-15.066
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.901	-15.036	-5.638	-13.934
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-507	-1.499	-357	-1.042
3.04.02.03	Tributárias	-12	-91	-19	-90
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	45	245	70	309
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	42.050	108.268	43.805	120.638
3.06	Resultado Financeiro	-3.090	-15.070	-2.004	-10.981
3.06.01	Receitas Financeiras	13.928	39.669	13.255	37.476
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.018	-54.739	-15.259	-48.457
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	38.960	93.198	41.801	109.657
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.652	-29.496	-13.673	-34.900
3.08.01	Corrente	-12.867	-32.859	-16.164	-42.172
3.08.02	Diferido	1.215	3.363	2.491	7.272
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.308	63.702	28.128	74.757
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.308	63.702	28.128	74.757
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,21839	0,50945	0,22495	0,59786

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	27.308	63.702	28.128	74.757
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.308	63.702	28.128	74.757

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	155.905	135.879
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	147.534	133.659
6.01.01.01	Lucro Líquido	63.702	74.757
6.01.01.03	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	-3.363	-7.272
6.01.01.05	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	31	-48
6.01.01.06	Reversão de Receita Diferida	0	181
6.01.01.07	Provisão para Manutenção em Rodovias	17.780	12.461
6.01.01.08	Despesas (receitas) financeiras de AVP	7.605	3.948
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	53.201	34.677
6.01.01.10	Baixa de Ativo Permanente	710	63
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de Debêntures	42.880	42.017
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de Mútuos	-34.188	-27.433
6.01.01.13	Juros e variações monetárias de Empréstimos	44	0
6.01.01.14	Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	2.151	1.697
6.01.01.15	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-3.019	-1.389
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.371	2.220
6.01.02.01	Contas a Receber	-2.378	-3.651
6.01.02.02	Contas a receber - Partes Relacionadas	-256	0
6.01.02.03	Estoques	1.669	-100
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-404	-523
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	5.419	3.829
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-54	-32
6.01.02.07	Fornecedores	4.411	485
6.01.02.08	Fornecedores-Partes Relacionadas	296	-185
6.01.02.09	Obrigações Sociais	1.261	663
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	25.446	34.578
6.01.02.11	Cauções Contratuais	246	206
6.01.02.12	Credores pela Concessão	5	30
6.01.02.13	Outros	179	104
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-27.795	-33.079
6.01.02.15	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	-89	-42
6.01.02.16	Outros Créditos	-77	-63
6.01.02.17	Despesas Antecipadas sobre empréstimos	492	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.499	-70.567
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	-142	-444
6.02.02	Adições ao Intangível	-38.263	-45.561
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-44.443	-36.844
6.02.04	Resgate sobre as Aplicações Financeiras	67.349	12.282
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-151.468	-232.970
6.03.02	Debêntures - Pagamento de Principal	-136.000	0
6.03.03	Debêntures - Pagamento de Juros	-62.435	-33.999
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos - Pagamento de Principal	-178	-121
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos - Pagamento de Juros	-44	-1
6.03.06	Pagamento de Dividendos	-81.831	-89.584

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.03.08	Pagamentos Credores pela Concessão	-5.945	-5.580
6.03.09	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-8.309	-3.685
6.03.10	Captações - Mútuo	0	-100.000
6.03.11	Mútuo (Principal)	51.108	0
6.03.12	Mútuo (Juros)	92.166	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.062	-167.658
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.572	195.356
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	30.510	27.698

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	72.964	0	0	190.949
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	72.964	0	0	190.949
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-49.432	-38.640	0	-88.072
5.04.06	Dividendos	0	0	-49.432	-32.399	0	-81.831
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.241	0	-6.241
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	63.702	0	63.702
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.702	0	63.702
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.532	25.062	0	166.579

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.252	-48.368	0	-95.620
5.04.06	Dividendos	0	0	-47.252	-42.333	0	-89.585
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.035	0	-6.035
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.757	0	74.757
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.757	0	74.757
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.532	26.389	0	167.906

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	278.819	300.633
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	254.757	253.715
7.01.02	Outras Receitas	1.800	1.713
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	22.262	45.205
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-75.056	-107.468
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-62.647	-95.764
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.376	-6.261
7.02.04	Outros	-6.033	-5.443
7.02.04.01	Custo da Concessão	-6.002	-5.533
7.02.04.02	Outros	-31	90
7.03	Valor Adicionado Bruto	203.763	193.165
7.04	Retenções	-53.201	-34.677
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.201	-34.677
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	150.562	158.488
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	39.914	37.785
7.06.02	Receitas Financeiras	39.669	37.476
7.06.03	Outros	245	309
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	190.476	196.273
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	190.476	196.273
7.08.01	Pessoal	16.477	12.680
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.680	9.371
7.08.01.02	Benefícios	3.718	2.550
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.079	759
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.798	59.826
7.08.02.01	Federais	42.925	47.028
7.08.02.02	Estaduais	28	18
7.08.02.03	Municipais	12.845	12.780
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.499	49.010
7.08.03.01	Juros	44.154	42.658
7.08.03.02	Aluguéis	2.740	2.404
7.08.03.03	Outras	7.605	3.948
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	63.702	74.757
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.241	6.035
7.08.04.02	Dividendos	32.399	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.062	68.722

Ribeirão Preto, 13 de novembro de 2015 - A Autovias S.A. comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2015 (3T15), período encerrado em 30 de setembro de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 3T15 foi de 12,1 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma retração de 3,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo da desaceleração do mercado de trabalho pelo enfraquecimento da economia, o que torna o consumo enfraquecido.
- Em relação ao 2T15 apresenta um aumento de 5,2%. Devido ao período de safra da região Centro Oeste com escoamento para o porto de Santos, ocorre também que no segundo trimestre houve uma retomada dos veículos comerciais pelo fato de que, nos primeiros meses do ano, devido à queda do consumo, fator férias e período de carnaval.

Receita Operacional Bruta:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 3T15 de R\$ 99,1 milhões, apresentando queda de R\$ 2,9 milhões ou 2,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, decorrente principalmente da Receita de Obras pelo término da Obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira – Km 307+500mts da SP-330 em Ribeirão Preto-SP.
- Em relação ao 2T15, houve um aumento de R\$ 8,7 milhões ou 9,7%, decorrente do reajuste das tarifas de pedágio em julho/15 de 4,11%, atrelado ao aumento do tráfego pedagiado observado no período, conforme mencionado acima.

Custos e Despesas:

- Os custos e despesas totais no 3T15 (excluído depreciação e amortização) diminuíram R\$6,8 milhões ou 18,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionados pelos custos de serviço construção, pela entrega em dezembro/14 da obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP, incluída no cronograma do contrato de concessão em maio de 2013 e pela provisão de manutenção em rodovias. Em função das revisões efetuadas nos investimentos da companhia no 3º T15, foram ajustados os valores e o sistema de cálculo da provisão de manutenção. Em relação ao 2T15, apresentaram redução de R\$1,6milhão ou 5,0%, reflexo das rescisões de contrato de trabalho efetuadas no período e pela provisão de manutenção em rodovias pelos motivos citados acima.
- Excluindo o custo de serviço de construção e provisão para manutenção, os custos e despesas estariam 3,1% abaixo em relação ao mesmo período do ano anterior e 7,0% menores em comparação ao 2T15, reflexo das rescisões de contrato de trabalho efetuadas no período.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA e o EBITDA AJUSTADO demonstraram crescimento de 7,1% e 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em razão da diminuição dos custos e despesas.
- Em relação ao 2T15, o EBITDA aumentou 19,4%. Vale mencionar que, sem os efeitos da provisão para a manutenção em rodovias, em atendimento às novas normas contábeis conforme ICPC 01, o EBITDA ajustado apresentou aumento de 13,6%.

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 3,1 milhões, representando um ligeiro aumento de 2,1% em relação ao trimestre anterior, em função principalmente de ajustes no AVP de manutenção e investimento em função da atualização dos valores da Obra Futura da Sede da Autovias.

Lucro Líquido:

- A Companhia obteve lucro de R\$27,3 milhões no 3T15, apresentando uma queda de 2,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e um aumento de 29,7% em relação ao 2T15, em razão das variações previamente apresentadas.

Endividamento:

- A Autovias encerrou o 3T15 com um endividamento bruto de R\$326,2 milhões contra R\$378,5 milhões no trimestre anterior. A redução apresentado decorre principalmente do pagamento de juros e principal, referente à debêntures da 3ª emissão (série CDI) realizado em agosto/15.
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$323,4 milhões no 2T15 para R\$257,4 milhões no 3T15, apresentando uma diminuição de R\$ 65,9 milhões face aumento do saldo das aplicações vinculadas no período e redução do saldo da dívida bruta, conforme citado acima.

Investimentos

- No 3T15, a Companhia investiu R\$8,2 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente, a Companhia teve um desembolso de R\$ 3,3 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação do pavimento das rodovias, melhorias e execução de passarelas, recuperação de estruturas de contenção, implantação de elementos de proteção e segurança, dentre outras.

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	3T15	2T15	3T14	Var% 3T15/2T15	Var% 3T15/3T14	9M15	9M14	Var% 9M15/9M14
Autovias	12.087.428	11.491.736	12.524.629	5,2%	-3,5%	34.930.479	34.938.048	0,0%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	3T15	2T15	3T14	Var% 3T15/2T15	Var% 3T15/3T14	9M15	9M14	Var% 9M15/9M14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	99.148	90.374	101.964	9,7%	-2,8%	278.819	260.564	7,0%
Receitas de pedágio	90.432	82.933	89.704	9,0%	0,8%	254.757	236.966	7,5%
Receitas de obras	8.133	6.832	11.698	19,0%	-30,5%	22.262	22.029	1,1%
Receitas acessórias	583	609	562	-4,3%	3,7%	1.800	1.568	14,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.871)	(7.246)	(7.826)	8,6%	0,6%	(22.234)	(20.690)	7,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	91.277	83.128	94.138	9,8%	-3,0%	256.585	239.874	7,0%
CUSTOS E DESPESAS	(31.087)	(32.735)	(37.915)	-5,0%	-18,0%	(95.116)	(95.740)	-0,7%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(10.601)	(11.186)	(10.509)	-5,2%	0,9%	(32.766)	(35.281)	-7,1%
Custo dos serv. de construção	(8.133)	(6.832)	(11.698)	19,0%	-30,5%	(22.262)	(22.029)	1,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(4.782)	(5.448)	(5.548)	-12,2%	-13,8%	(14.747)	(7.249)	103,4%
Remuneração da administração	(507)	(508)	(357)	-0,2%	42,0%	(1.499)	(430)	248,5%
Despesas tributárias	(12)	(10)	(19)	20,0%	-36,8%	(91)	(88)	3,4%
Provisão para manutenção em rodovias	(7.097)	(8.856)	(9.854)	-19,9%	-28,0%	(23.996)	(30.901)	-22,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	45	105	70	-57,1%	-35,7%	245	238	2,9%
EBITDA	60.190	50.393	56.223	19,4%	7,1%	161.469	144.134	12,0%
Margem EBITDA	65,9%	60,6%	59,7%			62,9%	60,1%	
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(18.140)	(16.334)	(12.418)	11,1%	46,1%	(53.201)	(32.814)	62,1%
Depreciação de imobilizado	(119)	(83)	(90)	43,4%	32,2%	(289)	(299)	-3,2%
Amortização do intangível	(18.021)	(16.251)	(12.328)	10,9%	46,2%	(52.912)	(32.516)	62,7%
0	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(3.090)	(3.025)	(2.004)	2,1%	54,2%	(15.070)	(14.560)	3,5%
Receitas financeiras	13.928	11.823	13.255	17,8%	5,1%	39.669	20.330	95,1%
Despesas financeiras	(17.018)	(14.848)	(15.259)	14,6%	11,5%	(54.739)	(34.890)	56,9%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	38.960	31.034	41.801	25,5%	-6,8%	93.198	96.760	-3,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.652)	(9.975)	(13.673)	16,8%	-14,8%	(29.496)	(30.943)	-4,7%
Corrente	(12.867)	(10.901)	(16.164)	18,0%	-20,4%	(32.859)	(38.043)	-13,6%
Diferido	1.215	926	2.491	31,2%	-51,2%	3.363	7.100	-52,6%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	27.308	21.059	28.128	29,7%	-2,9%	63.702	65.817	-3,2%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T15	2T15	3T14	Var% 3T15/2T15	Var% 3T15/3T14	9M15	9M14	Var% 9M15/9M14
EBITDA ¹	60.190	50.393	56.223	19,4%	7,1%	161.469	144.134	12,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.097	8.856	9.854	-19,9%	-28,0%	23.996	30.901	-22,3%
EBITDA Ajustado ²	67.287	59.249	66.077	13,6%	1,8%	185.465	175.035	6,0%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

*Informações Trimestrais para o Período
Fimdo em 30 de Setembro de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

Autovias S.A.

AUTOVIAS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autovias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 1 de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia Antônio Machado Sant’anna SP-255 (Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e modificativo nº 19/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais 3 meses e 19 dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 18 de dezembro de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, que deverá ser concluído antes do início de vigência do prazo mencionado, nos termos da Resolução ARTESP/1, de 25 de março de 2013.

A Autovias S.A. acordou junto à Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP”) a inclusão, no contrato de concessão, de uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, pelo valor estimado de R\$ 91 milhões. A inclusão das obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro serão realizados por meio da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, cujo reequilíbrio se dará com a extensão do prazo de concessão do contrato da Autovias S.A. estimada por 6 meses, levando o término da concessão para maio de 2019.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A.. A concessionária conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação

Notas Explicativas

da solidez econômica e a capacidade de gerar caixa para prover recursos suficientes, de modo que a mesma possa lidar com suas obrigações com terceiros e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados e distribuir dividendos para sua controladora.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 12 de novembro de 2015.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de setembro de 2015, os montantes de R\$105.231 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$173.419 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de setembro de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações relativas a: bases de mensuração e reconhecimento; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela mudança de estimativa na determinação da amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

- 4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	66.992	30.078
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	64.999	27.773
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.993)</u>	<u>(2.305)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	8.641	8.279
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	8.427	8.075
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(214)</u>	<u>(204)</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	3.729	2.900
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	3.229	2.412
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(500)</u>	<u>(488)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	62.501	89.313
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	55.344	76.594
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(7.157)</u>	<u>(12.719)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	16.011	20.948
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	14.528	18.669
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.483)</u>	<u>(2.279)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que

Notas Explicativas

passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.295	2.142
Aplicações financeiras (*)	<u>29.215</u>	<u>39.430</u>
Total	<u><u>30.510</u></u>	<u><u>41.572</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 101,26% da variação do CDI no período.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	21.212	19.023
Cupons de pedágio a receber	325	242
Cartões de pedágio a receber	191	121
Receitas acessórias a receber	180	144
Total	<u><u>21.908</u></u>	<u><u>19.530</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do ativo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	1.315	1.157
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	909	967
Provisão para manutenção	120.343	104.367
Ajuste dos encargos financeiros	2.493	1.565
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (b)		
Diferenças ativas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	37.943	37.943
Amortização ativas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(16.600)	(9.487)
Base de cálculo	<u>146.403</u>	<u>136.512</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u><u>49.777</u></u>	<u><u>46.414</u></u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Ativo não circulante</u>	
2016 (após setembro)	19.338
2017	15.471
2018	14.968
	49.777

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros e da parcela de principal (anual) das debêntures da 1ª emissão 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 30 de setembro de 2015 o valor da aplicação é de R\$38.215 (R\$58.734 em 31 de dezembro de 2014), essas aplicações foram remuneradas em média 97,46% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de setembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2014	1.091	1.005	373	485	2.954
Adições	86	56	-	-	142
Alienações/baixas	-	-	(123)	-	(123)
Saldo em 30.09.2015	<u>1.177</u>	<u>1.061</u>	<u>250</u>	<u>485</u>	<u>2.973</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(752)	(654)	(200)	(320)	(1.926)
Depreciações	(78)	(93)	(44)	(37)	(252)
Alienações/baixas	-	-	106	-	106
Saldo em 30.09.2015	<u>(830)</u>	<u>(747)</u>	<u>(138)</u>	<u>(357)</u>	<u>(2.072)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	339	351	173	165	1.028
Saldo em 30.09.2015	347	314	112	128	901
Taxas de depreciação - %	12%	21%	20%	11%	

Notas Explicativas

Autovias S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de setembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2014	706.744	28.254	192	3.500	14.305	656	753.651
Adições	16.435	-	-	139	6.403	-	22.977
Transferências / Reclassificações	9.028	-	-	572	(9.600)	-	-
Alienações/baixas	(74)	-	-	-	-	(656)	(730)
Saldo em 30.09.2015	<u>732.133</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>4.211</u>	<u>11.108</u>	-	<u>775.898</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2014	(451.088)	(22.456)	(151)	(2.346)	-	-	(476.041)
Amortizações	(51.582)	(1.122)	(8)	(237)	-	-	(52.949)
Transferências / Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	37	-	-	-	-	-	37
Saldo em 30.09.2015	<u>(502.633)</u>	<u>(23.578)</u>	<u>(159)</u>	<u>(2.583)</u>	-	-	<u>(528.953)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2014	255.656	5.798	41	1.154	14.305	656	277.610
Saldo em 30.09.2015	229.500	4.676	33	1.628	11.108	-	246.945
Taxas de amortização - %	31%	31%	31%	31%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	outubro/2017	428	286
Passivo não circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	outubro/2017	<u>462</u>	<u>782</u>
Total			<u><u>890</u></u>	<u><u>1.068</u></u>

(a) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem.

Em 30 de setembro de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2016 (após setembro)	107
2017	<u>355</u>
	<u><u>462</u></u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. DEBÊNTURES

Estão representados por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30.09.2015</u>		<u>31.12.2014</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	120.000	IPCA + 8,0% a.a.	março/2017	71.158	47.500	63.524	104.984
3ª emissão (b)	30.000	CDI + 0,83% a.a.	agosto/2017	99.208	108.000	108.912	204.000
	<u>150.000</u>			<u>170.366</u>	<u>155.500</u>	<u>172.436</u>	<u>308.984</u>
Custo de transação				<u>(433)</u>	<u>(172)</u>	<u>(619)</u>	<u>(477)</u>
Total				<u><u>169.933</u></u>	<u><u>155.328</u></u>	<u><u>171.817</u></u>	<u><u>308.507</u></u>

(a) 1ª emissão 2ª série de debêntures de 15 de março de 2010, com valor nominal unitário em 30 de junho de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma.

(b) 3ª emissão de debêntures emitidas em 18 de dezembro de 2013 com valor nominal unitário em 30 de setembro de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão	15.03.2010	120.000	27.04.2010	121.900
3ª emissão	18.12.2013	300.000	26.12.2013	300.363
		<u>420.000</u>		<u>422.263</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e amortizada anualmente em 3 desde parcelas a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão é paga semestralmente desde 20 de fevereiro de 2014 e seu valor nominal amortizado em 6 parcelas semestrais, desde fevereiro de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016 (após setembro)	7.518
2017	147.810
	<u>155.328</u>

As debêntures da 1ª emissão 2ª série contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas até o limite de 51%. Atualmente esse percentual se encontra em 51%.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº 8.

As debêntures da 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A. (d)	25.071	33.225
Contas a receber:		
Centrovias S.A.	167	73
Intervias S.A.	172	75
Vianorte S.A.	145	80
Total	<u>25.555</u>	<u>33.453</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A. (d)	248.170	354.230
Total	<u>248.170</u>	<u>354.230</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	1.052	1.024
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.(c)	850	2.080
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.(c)	242	172
Intervias S.A. (a)	39	-
Centrovias S.A. (a)	25	6
Vianorte S.A. (a)	158	49
Total	<u>2.366</u>	<u>3.331</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	1.909	4.913
Total	<u>1.909</u>	<u>4.913</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	Trimestre					
	30.09.2015			30.09.2014		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)
Arteris S.A.	-	11.747	2.967	-	11.218	2.775
Latina Manutenção de Rodovias	1.819	-	-	5.190	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	448	-	-	481	-	-
Total	2.267	11.747	2.967	5.671	11.218	2.775

Contas de Resultado:	Período de Nove Meses					
	30.09.2015			30.09.2014		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)
Arteris S.A.	-	34.188	8.307	-	27.434	6.970
Latina Manutenção de Rodovias	7.353	-	-	18.755	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	1.879	-	-	2.757	-	-
Total	9.232	34.188	8.307	21.512	27.434	6.970

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Decorrentes de contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,037% a 1,6% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.09.2015	31.12.2014
22.08.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a. (i)	40.000	2.450	30.770
18.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a. (iii) (iv)	48.000	-	36.203
04.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	3.000	2.582	2.131
17.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a. (ii)	23.000	-	16.173
26.12.2012	dezembro/2017	CDI + 1,6% a.a.	15.000	4.643	2.990
07.02.2013	dezembro/2017	CDI + 1,6% a.a.	53.000	15.825	10.034
05.03.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	30.000	5.551	2.601
01.04.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	30.000	5.291	2.363
25.06.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	40.000	6.007	2.190
			<u>282.000</u>	<u>42.349</u>	<u>105.455</u>

- (i) Em março de 2015 a Sociedade recebeu parcialmente R\$32.552 referente a juros incorridos.
- (ii) Em fevereiro de 2015 a Sociedade recebeu integralmente R\$39.722 sendo R\$16.722 referente a juros incorridos e R\$23.000 de principal.
- (iii) Em agosto de 2015 a Sociedade recebeu parcialmente R\$51.000 sendo R\$42.339 referente a juros incorridos e R\$8.661 de principal.
- (iv) Em setembro de 2015 a Sociedade recebeu parcialmente R\$20.000 sendo R\$553 referente a juros incorridos e R\$19.447 de principal.

No decorrer do trimestre e nove meses findos em 30 de setembro de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$507 e R\$1.499 respectivamente (R\$357 e R\$1.042 em 30 de setembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.315 e R\$1.157.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

Notas Explicativas

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas à diretoria para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de renda	6.848	8.598
Contribuição social	3.375	3.248
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	365	488
Programa de integração social - PIS	223	193
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.074	891
Tributos federais retidos	396	227
Impostos sobre serviços - ISS	1.571	1.620
Total	<u>13.852</u>	<u>15.265</u>

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 31 de março de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,17% que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 27 de junho de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Autorização da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2015 pelo índice IGP-M.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em(*)	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Circulante				
Direito de outorga	7.980	7.634	8.194	7.838
Parcela variável (a)	447	441	447	441
Total	<u>8.427</u>	<u>8.075</u>	<u>8.641</u>	<u>8.279</u>
	Valor presente		Valor real em(*)	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Não circulante				
Direito de outorga	14.528	18.669	16.011	20.948
Total	<u>14.528</u>	<u>18.669</u>	<u>16.011</u>	<u>20.948</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

A quantidade de parcelas a partir de 30 de setembro de 2015 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Quantidade de parcelas	12	23	35

Notas Explicativas

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de setembro de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$9.791 (R\$5.945 de parcela fixa e R\$3.846 de parcela variável).

Em 30 de setembro de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2016 (após setembro)	1.973
2017	7.655
2018	4.900
	<u>14.528</u>

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reversão</u>	<u>30.09.2015</u>
Cíveis	943	800	(89)	(770)	884
Trabalhistas	24	963	-	(962)	25
Total	<u>967</u>	<u>1.763</u>	<u>(89)</u>	<u>(1.732)</u>	<u>909</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$924 e R\$869, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2015 (R\$915 e R\$857 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período de seis meses findo em 30 de setembro de 2015 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2014	27.773	76.594	2.412
Adições	-	17.780	715
Utilizações	(9.307)	-	-
Ajuste a valor presente	-	7.503	102
Transferências	46.533	(46.533)	-
Saldo em 30.09.2015	64.999	55.344	3.229

Os pagamentos efetuados no período de seis meses findo em 30 de setembro de 2015, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$13.471 (R\$22.364 em 31 de dezembro de 2014).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$128.514, integralizado pelo valor de R\$117.655. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de setembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

	30.09.2015		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	125.040.451	114.181.880	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

Notas Explicativas

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 30 de setembro de 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$49.432, pagos em março de 2015 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 18 de setembro de 2015 a Sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2015 no montante de R\$32.399, mediante a utilização dos saldos da conta de reservas de lucros a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 18 de setembro de 2015.

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2015 a Sociedade propôs distribuição lucros antecipada sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$6.241, líquido de R\$936, referente ao imposto de renda retido na fonte.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	90.432	254.757	89.704	253.715
Receita de serviços de construção	8.133	22.262	11.698	45.205
Outras receitas	583	1.800	562	1.713
	<u>99.148</u>	<u>278.819</u>	<u>101.964</u>	<u>300.633</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	99.148	278.819	101.964	300.633
ISSQN	(4.535)	(12.778)	(4.496)	(12.720)
PIS	(594)	(1.684)	(592)	(1.680)
COFINS	(2.742)	(7.772)	(2.738)	(7.760)
Receita líquida	<u>91.277</u>	<u>256.585</u>	<u>94.138</u>	<u>278.473</u>

Notas Explicativas

Autovias S.A.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.474)	(7.419)	(2.760)	(6.974)
Serviços de terceiros	(789)	(2.603)	(1.238)	(2.636)
Manutenção de bens e conservação	(59)	(127)	(78)	(122)
Depreciação / Amortização	(119)	(289)	(90)	(250)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	49	(31)	(70)	49
Seguros/Garantias	(4)	(11)	(8)	(25)
Consumo	(1.115)	(3.320)	(6)	(1.855)
Transportes	(127)	(416)	(122)	(378)
Outros	(263)	(820)	(1.266)	(1.743)
Total	(4.901)	(15.036)	(5.638)	(13.934)

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da Construção	(8.133)	(22.262)	(11.698)	(45.205)
Com pessoal	(3.138)	(9.749)	(2.156)	(6.801)
Serviços de terceiros	(2.101)	(6.428)	(3.827)	(11.410)
Conservação	(1.526)	(5.286)	(1.453)	(4.961)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(411)	(1.518)	(206)	(822)
Consumo	(674)	(1.578)	(353)	(1.087)
Transportes	(819)	(2.718)	(508)	(1.693)
Seguros / Garantias	(530)	(1.567)	(513)	(1.421)
Custos com poder concedente	(1.366)	(3.851)	(1.356)	(3.837)
Provisão de manutenção em rodovias	(7.097)	(23.996)	(9.855)	(31.295)
Depreciação / Amortização	(18.021)	(52.912)	(12.329)	(34.427)
Outros	(36)	(71)	(135)	(119)
Total	(43.852)	(131.936)	(44.389)	(143.078)

Notas Explicativas**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	11.747	34.188	11.218	27.434
Aplicações financeiras	2.115	5.412	2.037	10.042
Outras receitas	66	69	-	-
Total	<u>13.928</u>	<u>39.669</u>	<u>13.255</u>	<u>37.476</u>

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(12.830)	(43.505)	(13.562)	(42.273)
Atualização monetária do ônus da concessão	(598)	(2.151)	(204)	(1.697)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.573)	(7.605)	(1.261)	(3.948)
Outras despesas	(1.017)	(1.478)	(232)	(539)
Total	<u>(17.018)</u>	<u>(54.739)</u>	<u>(15.259)</u>	<u>(48.457)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.09.2015	30.09.2014
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(15.286)	(355)
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	1.909	3.161

Notas Explicativas

Autovias S.A.

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao trimestre e ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	38.960	93.198	41.801	109.657
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(13.246)	(31.687)	(14.212)	(37.283)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	764	2.122	788	2.052
Outros ajustes	830	69	(250)	330
Despesa contabilizada	<u>(11.652)</u>	<u>(29.496)</u>	<u>(13.674)</u>	<u>(34.901)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(12.867)	(32.859)	(16.164)	(42.172)
Diferido	1.215	3.363	2.490	7.271

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou antecipadamente esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2014.

23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	30.09.2015		30.09.2014	
	Trimestre	período	Trimestre	período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do exercício	27.308	63.702	28.128	74.757
Número de ações durante o ano	125.040	125.040	125.040	125.040
Lucro por ação	<u>0,21840</u>	<u>0,50950</u>	<u>0,22500</u>	<u>0,59786</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de setembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

Notas Explicativas

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Ativos	30.09.2015 Empréstimos recebíveis	31.12.2014 Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	1.295	2.142
Caixa e equivalentes de caixa	29.215	39.430
Aplicações financeiras	38.215	58.734
Partes relacionadas	273.725	387.683
Contas a receber clientes	21.908	19.530
Outras contas a receber	344	213
	30.09.2015	31.12.2014
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	6.523	7.299
Empréstimos e financiamentos	890	1.068
Debêntures	325.261	480.324
Partes relacionadas	4.274	8.244
Credores pela concessão	22.955	26.744
Outras contas a pagar	608	428

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,38%	15,48%	18,57%	9,29%
Juros a incorrer (*)	(22.214)	(28.053)	(33.428)	(17.347)
Receita de aplicações financeiras	8.431	10.539	12.647	6.323
Receita financeiras de mútuos	37.703	46.108	54.484	29.265
IPCA	6,46%	8,08%	9,69%	4,85%
Juros a incorrer (*)	(14.207)	(15.877)	(17.550)	(12.540)
Juros a incorrer líquido (*)	<u>9.713</u>	<u>12.717</u>	<u>16.153</u>	<u>5.701</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$21.212 (R\$19.023 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2015	2016	2017	Total
Debêntures - CDI	13,50%	-	122.218	118.343	240.561
Debêntures - IPCA	10,90%	-	68.044	66.876	134.920
B. Brasil - Finame	6,00%	119	461	365	945
Credores pela concessão	8,40%	2.118	9.100	17.606	28.824
Total		<u>2.237</u>	<u>199.823</u>	<u>203.190</u>	<u>405.250</u>

Notas Explicativas

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	18.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	98.611

(*) Por sinistro.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Autovias S.A.

Ribeirão Preto - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autovias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão das informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e auditoria das informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 5 de novembro de 2014.

Campinas, 12 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edgar Jabbour

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 156465/O-9